



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012586-98.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito**
Requerente: **GILDETE GONÇALVES BATISTA BOTEGA**
Requerido: **BANCO BRADESCO SA.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou que mantinha conta junto ao réu e que em função disso recebeu dele um cartão de crédito que nunca utilizou e sequer desbloqueou.

Alegou ainda que encerrou a conta, mas passados alguns meses recebeu informação de dívida pendente relativa ao cartão aludido, não tendo conseguido resolver o problema.

Almeja à declaração da inexigibilidade da dívida, bem como de quaisquer outras decorrentes daquele cartão.

A matéria preliminar suscitada pelo réu em contestação entrosas-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

Assinalo de início que a circunstância do cartão de crédito em apreço ser de natureza empresarial não inviabiliza o conhecimento da causa, aforada pela autora enquanto pessoa física.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Ela em nada afeta a perspectiva de apreciação do litígio, sobretudo diante dos princípios informadores do Juizado Especial Cível (dentre os quais o da simplicidade, informalidade e economia processual).

Assentada essa premissa, é certo que o documento de fl. 04 denota o encerramento da conta que a autora possuía junto ao réu.

A comunicação a propósito foi exarada em 06 de maio de 2015.

Por outro lado, o próprio réu assentou na peça de resistência que "*o cartão está cancelado desde 20/04/2015*" (fl. 23, terceiro parágrafo), mas não conseguiu explicar por qual razão emitiu fatura por sua utilização com vencimento para 01/12/2015 e gastos supostamente contraídos em novembro de 2015 (fl. 07).

Diante desse contexto, e à míngua de maiores justificativas por parte do réu, reputo que é de rigor o acolhimento da pretensão deduzida.

Não há, efetivamente, um único dado que fizesse supor que a fatura acostada a fl. 07 tivesse lastro a respaldá-la, não se podendo olvidar que ela promana de despesas havidas em Las Vegas.

Nem se diga que o réu por si já solucionou a questão na esfera administrativa, promovendo os estornos dos lançamentos constantes de fl. 07.

Na realidade, não se sabendo o que teria dado causa à emissão de fatura de cartão já cancelado há meses, é preferível o julgamento do mérito da causa com a proclamação da inexigibilidade da mesma e de qualquer débito concernente a essa mesma origem, inclusive para prevenir a repetição do episódio.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito cristalizado na fatura de fl. 07, bem como de quaisquer outros porventura apurados em decorrência do cartão de crédito a ela concernente.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**